

D. MANUEL DE ALMADA, BISPO DE ANGRA: SUA TRAJECTÓRIA POLÍTICO-SOCIAL E RELIGIOSA (?-1580)

CARLOS MARGAÇA VEIGA *

As referências esporádicas a D. Manuel de Almada no exercício de cargos de notoriedade e em algumas das muitas situações conjunturais em que o agitado século XVI é fecundo estão na origem do interesse em lhe reconstituir o percurso. O encontro decisivo com o prelado deu-se no contexto dos acontecimentos que culminaram na perda da independência. Nesse período colocou-se corajosamente ao lado de D. António, prior do Crato, em dissonância com a quase totalidade dos membros do episcopado, que velada ou abertamente assumiram a posição das elites defensoras da candidatura de Filipe II de Espanha à coroa de Portugal.

Foi no pleno envolvimento nesta questão crucial de luta pelo poder régio, marcada por uma gradual intensidade dramática, que a morte veio procurar o antístite. Embora até ao ocaso da vida se mantivesse como titular da diocese de Angra e como tal sempre referido, há muito dela se tinha afastado. Ao tempo dos acontecimentos evocados era pastor e detinha o título da mitra do arquipélago atlântico D. Pedro de Castilho, um incondicional adepto do monarca Habsburgo, posição antagónica que sugere uma ironia da História ¹.

A capacidade de intervenção do bispo no grande debate sucessório e ao arrepio do sentido do corpo social de que era parte torna pertinente que a seu respeito se coloquem uma série de questões. Quem era D. Manuel

* Professor de História na Faculdade de Letras de Lisboa.

¹ Carlos Margaça Veiga, "D. Pedro de Castilho: esboço de uma carreira no governo espanhol de Portugal", em *Primeiras Jornadas de História Moderna*. Actas, vol. I. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, vol. I, pp. 355-370.

de Almada? Como ascendeu ao episcopado? Como desempenhou o cargo? Por que razão dele abdicou? Que outras funções exerceu? A pesquisa sobre a existência de alguma série documental, mesmo que parcelar, em que se pudessem encontrar respostas revelou-se de todo infrutífera. Daí que o processo de reconstrução aqui tentado resulte do compulsar de documentos avulsos e de referências pontuais que se foram cruzando, sempre que possível, com informação já disponível ².

Colhe-se nos genealogistas que o prelado pertencia aos Almadados dos Olivais, com raízes em Gomes Martins de Almada, um cidadão honrado de Lisboa do tempo de D. João I. Quem no entanto emerge em prestígio nesta família é o licenciado Aires Gomes de Almada, que foi corregedor da corte de D. João II, pelo mesmo monarca escolhido para membro de uma embaixada ao rei de Inglaterra e de outra aos Reis Católicos para negociar o problema aberto com a descoberta do Novo Mundo por Cristóvão Colombo. Confiou-lhe também a honra de proferir a arenga nas cortes de Évora no ano de 1490, expressamente reunidas para tratar do casamento do príncipe herdeiro D. Afonso ³. Do seu consórcio com Catarina Gil de Aguiar nasceram-lhe seis filhos de três dos quais há notícias dos seus itinerários. O primogénito, Luís de Almada, estudou direito civil e canónico na Universidade de Siena e com o grau de doutor foi do desembargo régio e chanceler mor. ⁴ A ele se deve a instituição do morgadio dos Olivais. João de Almada foi escolar de Cânones na Universidade de Lisboa, onde se doutorou e, como tal, foi desembargador da Casa da Suplicação ⁵. António de Almada licenciou-se provavelmente na

² Consultámos as seguintes sínteses biográficas: Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, Coimbra, Atlântida Editora, 1966, t. III, p. 168; "D. Manuel de Almada", *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, 1980, vol. II, pp. 137-138; "Almada, Manuel de (D.)", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dir. António Alberto Banha de Andrade, Lisboa, Editorial Resistência, 1979, vol. I, p. 119. Cingidas ao múnus de bispo de Angra: José Augusto Pereira, *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados*, Angra do Heroísmo, Livraria Editora Andrade, 1950, pp. 33-34. Valdemar Mota, *Santa Sé do Salvador - Igreja Catedral dos Açores*, Angra do Heroísmo, Edição da Sé de Angra, 1981, p. 172. Uma perspectiva global sobre a diocese é dada por Fernanda Enes, "Angra do Heroísmo, Diocese de", no *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2000, pp. 67-78.

³ Rui de Pina, *Crónica de El-Rei D. João II*, nova edição com prefácio e notas de Alberto Martins de Carvalho, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, 1950, pp. 86-87; 103; 186.

⁴ *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2001, vol. XIV, pp. 384 e 386.

⁵ *Idem*, vol. XII, p. 637. Carta régia; Tomar, 11 de Novembro de 1532; I.A.N./T.T. Chancelaria de D. João III, *Doações*, livro 16, fl. 186 v. I

mesma instituição e foi juiz de fora na cidade de Évora ⁶. Concluiu-se que, da prole masculina, metade envergou a toga. Houve também quatro filhas. Bárbara, Inês e Antónia entraram em religião, todas professando no convento cisterciense de Almoester ⁷.

A que mais relevância adquiriu foi Isabel por do seu enlace com Gil Gonçalves ter nascido Manuel de Almada, a personagem de que se pretende traçar o perfil e trajetória. Toda a documentação a seu respeito omite que também ele casou, com excepção dos linhagistas ⁸, que sem referir o nome da esposa, informam ter havido do matrimónio um filho, Álvaro Afonso de Almada. Terá enviuvado cedo, depois do que abraçou o estado eclesiástico, sendo nesta situação que fez uma escalada simultânea pelos patamares das hierarquias do poder religioso e político, culminando no acesso à condição prelatícia. Não se encontram indicações sobre a data, lugar e templo onde recebeu as ordens sacras, designadamente as de presbítero e bispo, embora não seja de excluir que tudo tenha ocorrido em Lisboa, já que a capital lhe serviu de berço e foi o espaço fulcral em que decorreu toda a sua existência. E ao acompanhá-lo nos seus itinerários verifica-se ter sido um homem plenamente urbano. É em cidades que o encontramos em acção nos momentos marcantes da sua vida tal como no desempenho de funções para que foi chamado. Sobre o filho é importante dizer que também ele casou, foi senhor de um forno de vidro em Alhos Vedros e, tal como o pai, depois de enviuar, tornou-se sacerdote secular, vindo a ser capelão do mosteiro feminino de Santa Maria de Chelas da cidade ⁹.

Da breve evocação dos laços de sangue que uniam a personagem em estudo aos antepassados próximos, imediatamente se capta que estamos perante uma família de estatuto social a pender para além do médio, alcançado pela formação jurídica dos seus membros, que ascenderam a altos cargos de magistratura na administração central, numa altura em que o direito era o elo aglutinador do Estado Moderno em fase de construção. A

⁶ Carta régia; Lisboa, 7 de Agosto de 1532; I.A.N./T.T., Chancelaria de D. João III, *Doações*, livro 16, fl. 105 v.

⁷ Há bastante concordância entre a informação encontrada nas seguintes obras: Jacinto Leitão Manso de Lima, *Famílias de Portugal tiradas dos Nobiliários mais apurados do mesmo reino acrescentadas e ordenadas de instrumentos autênticos e jurídicos*, pelo beneficiado ..., versão dactilografada existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (B.N.L.), Lisboa, 1925, tomo 2.º, p. 333. Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga, Edição de Carvalho de Basto, 1992, 3.ª edição, vol. I, tomo I, pp. [238] e [241]. *Genealogias Manuscritas*, "Almadas dos Olivais", I.A.N./T.T., 21, F. 4.

⁸ Reportamo-nos aos que se citam na nota anterior.

⁹ Joaquim Leitão Manso de Lima, *ob. cit.*, p. 333.

possibilidade de obter diplomas universitários e o indispensável favor régio para os exercer na órbita do meio palaciano guindaram este ramo dos Almadas à categoria de uma nobreza de serviço, na qual Manuel de Almada se insere e é dela um representante e exemplar continuador. O múnus prelatício em que virá a ser investido consolidará o posicionamento da família, configurando um paradigma social que se vinha afirmando. Distinguiu-se do modelo mais corrente, representado pelas linhagens nobiliárquicas, em que algum dos filhos segundos tinha garantida a colocação em cargos de topo da hierarquia da Igreja, sendo mais valorizada pela Coroa a memória dos antepassados no serviço das armas que no das letras ¹⁰.

Para aceder ao universo em que se havia de movimentar e na linha da tradição familiar, Manuel de Almada licenciou-se em cânones pela Universidade de Lisboa, constando em assento de 10 de Novembro de 1532 que frequentava o terceiro dos quatro anos exigidos ¹¹. O grau de doutor veio a obtê-lo já em Coimbra, sem que do acto se encontre o registo ¹². O meio académico era também propício ao estabelecimento de laços com uma geração de professores e condiscípulos, elites intelectuais que se cruzavam com as elites aristocráticas, administrativas e eclesiásticas da capital. Refira-se a propósito que é contemporâneo de mestres como Pedro Margalho, Garcia da Orta e Manuel da Costa. O saber jurídico adquirido, então o mais solicitado para assegurar serviços essenciais no Estado e na Igreja, não só lhe proporcionou a adequada habilitação como deixou marcas indeléveis em toda a sua carreira.

Tanto quanto os dados a seu respeito disponíveis consentem afirmar, a Inquisição foi a grande porta de entrada no seu *cursus honorum*, embora já na qualidade de cônego, percurso transversal que adiante retomaremos. Coincide com a fase em que a arquitectura do tribunal da fé se encontrava em processo de montagem. Com efeito, é na cidade de Lamego que pela primeira vez o encontramos, ao lado do bispo D. Agostinho Ribeiro e do licenciado Gonçalo Vaz, envolvido na tentativa de aí implantar uma sede distrital, cuja jurisdição deveria abranger esta diocese e a de Viseu. O trabalho desenvolvido consistiu na audição de denúncias contra os cristãos-novos destas duas “comarcas”, em sessões que decorriam tanto “nos paços episcopais”

¹⁰ A questão dos critérios de promoção dos bispos é tratada por José Pedro Paiva “Dioceses e organização eclesiástica”, ao tratar dos “Mentores”, especificamente dos “Bispos”, em *História Religiosa de Portugal*, coord. João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2000, vol. 2, pp. 225-237.

¹¹ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Livros de Autos e Graus* 1526-1532, fl. 148.

¹² Embora em todas as sínteses biográficas citadas na nota 1 se repita que era doutor em cânones pela Universidade de Coimbra, não conseguimos encontrar o assento do acto.

como “nas casas do despacho da Santa Inquisição” ou nas “pousadas do senhor doutor Manoel de Almada”. Uma pluralidade de espaços que indiciam o carácter embrionário do tribunal gizado.

As acusações de cerca de 310 denunciante ficaram registadas em livro e algumas peças documentais, que dão conta de uma permanência activa na cidade beirã entre 20 de Agosto de 1543 e 9 de Janeiro de 1546¹³. Em todos os depoimentos assina-se por “Immanuel doctor”, uma evidente expressão do eruditismo clássico em que foi formado. É óbvio que os inquisidores cumpriam missão ordenada pelo Inquisidor Geral, o cardeal infante D. Henrique, de que se infere a pertença do nosso doutor não só à sua vasta rede clientelar como, sobretudo, ao núcleo dos homens da sua inteira confiança.

É bem sabido que a estruturação do tribunal de Lamego fracassou, tal como outros com os quais se pretendia dotar o território de apertada malha de instâncias judiciais¹⁴. No entanto, Manuel de Almada manteve-se ligado ao aparelho e em funções de topo. Em 1556 encontramo-lo como um dos deputados do Conselho da Inquisição a pronunciar-se sobre se aqueles a quem Paulo III absolvera com perdão geral “tornando depois a pecar ficariam relapsos”¹⁵. Embora não seja possível determinar com rigor até quando exerceu o cargo, o próprio afirma, no prólogo da obra que escreveu contra Walter Haddon em 1566, que foi deputado “per multos annos authoritate apostolica”¹⁶. A este trabalho haveremos de regressar mais adiante.

Os bons serviços prestados “no despacho e negocios da Samta Inquisição” já em 1546 tinham sido reconhecidos por D. João III, que com estes termos justificava a sua nomeação para desembargador da Casa da Suplicação¹⁷, dotando-o com o vencimento anual de 60.000 reais¹⁸. A escolha para este tribunal supremo significava participar nas fileiras da alta magistratura e ao mesmo tempo a integração no âmbito do poder político

¹³ I.A.N./T.T., *Inquisição de Lamego*, Livro 1 de Denúncias. Junto encontra-se um maço com sete documentos respeitantes à actividade então desenvolvida.

¹⁴ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições – Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994. O mesmo autor dedica ao tema o estudo “A Inquisição”, *História Religiosa de Portugal*, coord. João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2000, vol. II, pp. 95-131.

¹⁵ I.A.N./T.T., *Inquisição de Coimbra*, n.º 252, fl. 46 v.

¹⁶ Diogo Barbosa Machado, “D. Manoel de Almada”, *Bibliotheca Lusitana*, diz que Frei Pedro Monteiro no *Catálogo* que elaborou sobre os deputados do Santo Ofício o omitiu, havendo indicações de que teve o cargo como aqui se prova.

¹⁷ Carta régia; Santarém, 26 de Outubro de 1546; I.A.N./T.T., Chancelaria de D. João III, *Doações*, Livro 15, fl. 12 v.

¹⁸ Carta régia; Almeirim, 18 de Fevereiro de 1547; I.A.N./T.T., Chancelaria de D. João III, *Doações*, livro 15, fl. 50 v.

central, se tivermos em conta que era uma instituição que estava permanentemente junto do rei seguindo-o nas suas itinerâncias. O *curriculum* enriqueceu-se a seguir com o ofício de conservador das Ordens Militares, depois destas definitivamente se terem integrado na Coroa, o que aconteceu em 1551 ¹⁹.

Paralelamente fazia a carreira eclesiástica. Embora seja de admitir outras áreas religiosas para o início da missão sacerdotal, é no cabido da sé de Lisboa que o encontramos sempre enquadrado. A primeira referência reporta-se a 1541, ano em que, com o título de cônego, o arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Meneses, o incumbiu de uma visitação à igreja de S. Julião do Tojal ²⁰.

Tratando-se de corporação em que os seus membros, pela "riqueza, autoridade e prestígio", constituíam uma "espécie de aristocracia do clero" ²¹ mais uma vez se adivinha que para lá foi levado por poderosa mão protectora, que poderá ter sido a do Inquisidor Mor e/ou D. João III. As sólidas prebendas e benefícios proporcionados por uma conesia eram uma excelente base remuneratória para as funções inquisitoriais, conhecidas que são as dificuldades financeiras com que se debateram os responsáveis para estruturar o Santo Ofício. Uma vez membro desse colégio de elite rapidamente ascendeu à dignidade de chantre, que o colocava imediatamente abaixo do deão seu presidente.

Ao chantrado estava inerente a responsabilidade de assegurar o canto em todos os ofícios litúrgicos da catedral, que envolvia cantores e organista ²². Vivia-se numa época em que as artes do canto e do órgão nas sés portuguesas tinham entrado numa fase de grande esplendor, em paralelo com o que modelarmente se cultivava na capela real. Na igreja-mãe de Lisboa tinha D. João III criado uma escola de canto dirigida por um Mestre de Capela ²³, que deve corresponder ao cargo de Mestre Escola a

¹⁹ Todo o processo e sua cobertura por bulas pontificias é estudado por Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Livraria Civilização, 1968, vol. II, pp. 219-220.

²⁰ Carta de visitação; Lisboa, 6 de Maio de 1541, inserida "no público instrumento de compulso apostólico" de 10 de Novembro de 1559. I.A.N./T.T., *Mosteiro de S. Vicente*, 2.ª incorporação, caixa 1, n.º 136.

²¹ Avelino de Jesus da Costa, "Cabido", *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, vol. I. Ana Maria S. A. Rodrigues, "Cabido", *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, pp. 278-279.

²² Ana Maria S. A. Rodrigues, "Dignidades Eclesiásticas", *Dicionário de História Religiosa*, vol. II, pp. 67-68.

²³ José Augusto Alegria, *O ensino e prática da música nas Sés de Portugal (da Reconquista aos fins do século XVI)*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa /Ministério da Educação, 1985, pp. 72-73.

quem estava confiado o ensino do canto e da gramática prescritos pelos estatutos vindos a lume em 1551 ²⁴. Refira-se também que, para reger a cadeira de música da Universidade de Coimbra, o monarca chamara o espanhol Mateus de Aranda, que já se encontrava em actividade na sé de Évora ²⁵.

Estas manifestações artísticas eram um dos reflexos da espiritualidade que em Portugal então se vivia, impulsionada pelo clima reformador que o Concílio de Trento, inaugurado em 1545, irá consolidar. Neste quadro, marcado pela tónica da especialização, a competência do chantre consistia em coordenar e garantir um conjunto de actividades que sustentavam uma das expressões mais visíveis das celebrações cultuais da igreja primacial de Lisboa, efectivamente exercidas por figuras dele dependentes. Entre elas avultava a do subchantre que lhe era imediata em responsabilidade. A posição do chantre Manuel de Almada sublinhava-se assim com um núcleo clientelar no âmbito catedralício. Mas entretanto passara a integrar o corpo de capelães da capela real, que o punha em contacto directo e assíduo com o espaço religioso da corte onde irá também fazer carreira.

O prestígio do nome e qualidade espiritual deviam ser suficientemente fortes para que D. Catarina de Áustria, tão exigente em matérias religiosas, o seleccionasse para uma prelazia. Com efeito, ao findar 1561, escrevia a rainha a Lourenço Pires de Távora, embaixador junto da Santa Sé, a ordenar que apresentasse ao papa o doutor Manuel de Almada para o bispado de Angra, que vagara com a morte de Dom Frei Jorge de Santiago em 26 de Outubro do mesmo ano. Segundo a missiva, o perfil ajustava-se ao que em Trento se ia definindo como requerido para o desempenho do múnus: idade, legitimidade de nascimento, capacidade para reger e administrar, “vertudes, letras e saber” ²⁶.

Embora a indigitação para cargos desta natureza fosse precedida da audição de conselheiros (até pelo peso da responsabilidade que o direito

²⁴ “Copia dos Estatutos da Sancta Se de Lisboa que os Conegos e mais Beneficiados são obriguados a jurar e guardar” (Elaborados pelo Bispo de Angra no ano de 1551), B.N.L., *Códice* 11.401.

²⁵ José Augusto Alegria, *ob. cit.*, p. 56-57.

²⁶ Luís Augusto Rebelo da Silva, *Corpo Diplomático Português contendo os Actos e Relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo desde o século XVI até aos nossos dias*, continuado por José da Silva Mendes Leal e Jaime Constantino de Freitas Moniz, Lisboa, 1886, t. IX, pp. 421-422. Era acompanhada de cartas para o papa e para o cardeal Santa Flor, então o “cardeal protector” de Portugal na cúria.

de padroado no caso envolvia) a última palavra coube à regente, que desde 1557 governava o reino por menoridade de D. Sebastião ²⁷. A proposta revelava assim a sombra protectora da rainha sobre o candidato, que decerto pertencia à facção que lhe era afecta numa altura em que o exercício da regência começava a dar sinais de não colher a unanimidade. Mas factor de ordem diferente não terá sido alheio à escolha: a promoção à mitra em causa também se adequava ao estatuto social do candidato.

Para uma diocese insular não se propunham então membros de estirpe nobre, entre outras razões, pela magreza das rendas auferidas. E no caso de Angra deviam ser bem estreitas pois na apresentação feita a Pio IV pedia-se que o futuro prelado não largasse o chantrado de Lisboa para que pudesse cumprir as suas obrigações da prelazia “pela pouca renda que tem” ²⁸. Precavia-se assim à objecção sobre o cúmulo de cargos a que o concílio se propunha atalhar. O processo de aceitação na cúria foi célere, se atendermos a que logo em 18 de Março de 1562 o consistório romano o preconizava para o bispado aceitando as condições emanadas da corte de Lisboa ²⁹.

D. Manuel de Almada, o quarto bispo de Angra, nunca foi aos Açores, fazendo-se substituir no governo da diocese por uma Junta integrada por três elementos do cabido. Não se pode considerar procedimento inédito já que, dos três bispos até aí dados ao arquipélago, o primeiro também nunca o viu, e só o antecessor acabou os seus dias na Terceira, escolhendo a catedral para lugar da sepultura. Todos os que têm escrito sobre a história religiosa do arquipélago desta época destacam o bom relacionamento do antístite com o doutor Gaspar Frutuoso, seu contemporâneo, sugerindo até que o quis colocar à frente do bispado, o que este teria rejeitado, preferindo ser apenas vigário da matriz da Ribeira Grande ³⁰. É certo que o funcionamento do governo e pastoreio da diocese estava dotado de estruturas

²⁷ Todo o período é estudado por Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, em *As Regências na Menoridade de D. Sebastião – Elementos para uma história estrutural*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, 2 vols.

²⁸ Carta da rainha a Lourenço Pires de Távora citada na nota 26.

²⁹ Archivio Segreto Vaticano, *Archivio Concistoriale, Acta Camerarii*, vol. 9, fl. 63. Os dados relativos tanto à nomeação como à resignação foram-me gentilmente cedidos por José Pedro Paiva. Aqui deixo expresso o meu agradecimento.

³⁰ Doutor Gaspar Frutuoso, *Livro Primeiro das Saudades da Terra*, com “Palavras Prévias” de João Bernardo de Oliveira Rodrigues e “Notícia biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso”, de Rodrigo Rodrigues, Ponta Delgada, 1966, pp. XXXII e XXXIV. António Cordeiro, *História Insulana das Ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Occidental composta pelo Padre...*, Lisboa Occidental, na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1717, publ. pela Secretaria Regional de Educação e Cultura da Região Autónoma dos Açores, 1981, pp. 42-43.

insertas nas constituições sinodais promulgadas por D. Jorge de Santiago em 1559 e dadas à estampa em 1560 ³¹. Para a concepção pastoral da época, muito centrada no direito, era uma garantia de eficácia. Por outro lado, sabe-se que, a partir de Lisboa, o prelado mantinha contactos epistolares com os responsáveis insulares e até admitia naturais de Angra como criados de sua casa ³².

Também não descurava completamente a formação doutrinal do rebanho como atesta a iniciativa de ordenar a publicação das decisões do concílio de Trento em 1565 ³³, seguindo o que no reino se fizera no ano anterior. Mas os poderes delegados nunca colmatavam a ausência do pastor por maior que fosse o zelo exercido à distância. Na aula conciliar o debate sobre a questão do absentismo dos bispos fora aceso, vindo sempre a propósito lembrar a intransigente defesa de D. Frei Bartolomeu dos Mártires da obrigatoriedade de residência.

Pela mesma altura em que a norma tridentina era promulgada, em Portugal a Mesa da Consciência e Ordens fazia-se eco da exigência disciplinar, preconizando ao rei que os bispos de Angra e Tânger renunciassem das suas prelazias “por terem cargos da Republica”, embora com a recomendação que fossem compensados com “alguma pensão honesta”. O documento também se reportava à obrigação da visita pastoral de cada um dos prelados do reino, Ceuta e ilhas, estabelecendo que o de Angra a fizesse pessoalmente de dois em dois anos ³⁴. Este parecer, assinado pelo cardeal infante e mais três deputados da Mesa, teve efeitos decisórios. Com fundamento em falta de saúde, D. Manuel apresentou o pedido de resignação, que Roma aceitou em consistório de 25 de Outubro de 1566 ³⁵, com a reserva do título da dignidade bem como de todas as liberdades e privilégios inerentes ³⁶.

³¹ Isáias da Rosa Pereira, “As constituições sinodais de Angra de 1559”, separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI, 1983.

³² Consta no *Registo da Freguesia de Sé desde 1563 até 1610*, publicado com introdução, notas e índices por Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, em “Colecção de Registos Parochiais de Lisboa”, Academia das Ciências de Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. I, 1924, p. 125.

³³ Entre outros, encontra-se a referência a um Rodrigo Rodrigues, na p. XXIV do estudo introdutório à obra de Gaspar Frutuoso citada na nota 30.

³⁴ Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Códice 479, *Papéis vários*, fls. 63-67.

³⁵ Archivio Segreto Vaticano, *Archivio Concistoriale, Acta Camerarii*, vol. 9, fl. 156.

³⁶ O Padre José de Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, Lisboa, União Gráfica, 1944, vol. II, p. 469, numa listagem sobre os bispos de Angra indica as razões da renúncia do prelado e as compensações que se referem.

Que responsabilidades tinha D. Manuel nas estruturas governativas do reino ao tempo da chamada de atenção da Mesa da Consciência? Com carácter permanente desempenhava as funções de deputado do Santo Ofício, como se sublinhou, e de conservador das Ordens Militares. É de frisar que ambas se situavam em áreas em que o poder temporal e o espiritual se sobrepunham. Do desempenho deste último cargo é conhecida a intervenção num litígio entre o conservador da Ordem de S. João do Hospital e o arcebispo de Braga, que é paradigmático das atribuições inerentes ao cargo. Eclodiu na sequência da visita do prelado às igrejas das comendas das ordens, que gozavam de imunidade mas que o arcebispo entendeu não respeitar. As dos hospitalários, mormente as situadas no Barroso e em especial a de Poiares, encontrou-as em tal estado de abandono que sequestrou as rendas aos comendadores para com elas dignificar os templos. O conflito de jurisdições instalou-se, bem ao jeito dos processos judiciais em que o século XVI é fértil, subindo a arbitragem para o conservador das ordens do reino.

Ignora-se a teia dos argumentos de ambas as partes, mas sabe-se ter D. Manuel defendido as prerrogativas da Ordem, que embora fosse a única não dependente da Coroa era oportunidade para vincar as fronteiras entre o âmbito civil e o eclesiástico. Vem a propósito recordar que o priorado estava nas mãos de D. António, filho do infante D. Luís. Corria o ano de 1564 e ainda o pleito com o comendador de Poiares se arrastava. Só o recurso a Roma lhe pôs termo. De facto, no ano seguinte, Pio IV sentenciava em favor do zelo apostólico e reformador de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, que triunfava sobre as barreiras jurisdicionais ³⁷.

Não seriam apenas estes postos e dignidades da “República” que retinham o prelado, pois não faltavam pessoas com capacidade para o substituir. Na realidade, acompanhando o seu percurso, vemo-lo solicitado a intervir em situações conjunturais que na área do poder central se desenhavam e às quais respondeu com um protagonismo e competência que lhe conferiam notoriedade. Uma delas situa-se no começo do seu pontificado e no âmago das importantes cortes de Lisboa celebradas em 1562. Sobre esta assembleia, em que a regência transitou de D. Catarina para o cardeal D. Henrique, abunda a documentação.

Ao compulsar-se a respeitante à participação do primeiro braço do reino, constatamos que o bispo de Angra foi pelos seus pares eleito secretário para com os representantes dos outros braços dar forma definitiva ao

³⁷ Toda a polémica é contada por Frei Luís de Sousa em *A Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, introdução de Aníbal Pinto de Castro, fixação do texto de Gladstone Chaves de Melo e Aníbal Pinto de Castro, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 352-353 e 380.

texto dos capítulos dos três estados. A questão de os ter concluídos antes do cerimonial de abertura da sessão foi uma das muitas polémicas que antecederam estas cortes. Os trabalhos de redacção decorreram na capela mor da sé, em cujos anexos os onze membros do episcopado se congregavam. Sublinhe-se que na tarefa de harmonizar propostas de conteúdo aproximado mas diferente formulação reencontramos a faceta do homem de leis ³⁸.

Esta escolha, em que o domínio das subtilezas do direito era requisito indispensável, leva-nos a admitir que por detrás dos “Apontamentos dos prelados depois das cortes de 1562 a bem da Igreja e dos Eclesiásticos”, elaborados no ano de 1563, esteja também a sua mão ³⁹. Ainda no decurso dos trabalhos preparatórios teve D. Manuel oportunidade de acompanhar a grande controvérsia provocada por D. António, prior do Crato, ao pretender ocupar no estrado da sala das cortes um lugar que hierarquicamente o colocava acima do infante D. Duarte. Depois de muitas reuniões do conselho régio a precedência invocada não lhe foi reconhecida ⁴⁰.

De grande prestígio gozaria para receber de D. Sebastião o convite para intervir na multiplicidade de actos relacionados com os desposórios da infanta D. Maria com Alexandre Farnésio, herdeiro do ducado de Parma e Placência. A reputação de jurista que se aliava à condição episcopal recomendavam-no para colaborador da fase processual do casamento, encontrando-se o seu nome ligado à “confirmação, ratificação e aprovação” do contrato ⁴¹. Mas era também um homem de corte e como tal esteve presente nos sumptuosos festejos a que Lisboa assistiu antes da partida da filha do infante D. Duarte e de D. Isabel de Bragança para a Flandres e em todos os cerimoniais, entre eles o casamento por procuração em 22 de Maio de 1565. E o envolvimento prolongou-se enquanto membro da comitiva que acompanhou a princesa, não só na qualidade de dignitário eclesiástico, mas também na de testemunha de todos os actos, de que o mais alto foi o da celebração do matrimónio em Bruxelas, em 30 de Novembro do mesmo ano, presidido pelo arcebispo de Cambray.

³⁸ Vasco Pinto de Sousa Coutinho, *Memorias sobre Algumas Antigas Cortes Portuguezas extraídas fielmente de manuscritos autenticos da Biblioteca Real de Paris, etc, etc., oferecidas aos Emigrantes Portuguezes pelo seu companheiro de exílio*, Paris, 1832, pp. 22-25.

³⁹ B. N. L., Códice 2.692.

⁴⁰ *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro conde de Idanha (1515 a 1568)*, revistas e anotadas por Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937, p. 319.

⁴¹ António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida Editora, 1948, t. II, II parte, pp. 281-287; 329.

A participação nas demais esplendorosas festas de recepção, que se prolongaram até Janeiro de 1566, ofereceram-lhe a oportunidade de contactar com um ambiente cortesão onde prevalecia a elaborada etiqueta da Borgonha, mas onde também se faziam sentir as expressões culturais italianas trazidas pela casa ducal de Parma ⁴². Teve também o ensejo de assistir a uma reunião dos cavaleiros do Tosão de Ouro, expressamente convocada para prestigiar o consórcio, com o que se pretendeu associar ao de Isabel de Avis com Filipe o Bom em 1429, a qual estivera na origem da instituição desta ordem honorífica. O conservador das ordens portuguesas assistiu “sentado em hum banco cuberto de veludo fronteiro aonde estavam os cavaleiros” ⁴³.

Foi durante a estada neste importante centro cultural do norte da Europa que teve conhecimento da publicação da carta de Walter Haddon contra a que D. Jerónimo Osório dirigiu a Isabel de Inglaterra em 1562, a exortá-la ao regresso à igreja romana, da qual se mantinha afastada, segundo ele, por influência de maus conselheiros ⁴⁴. Na *Epistola apologetica* ⁴⁵, Haddon construiu a defesa da rainha com um cerrado ataque às posições doutrinárias do bispo de Silves, no que teve o apoio do secretário e conselheiro William Cecil, que também se sentia visado. A missiva foi redigida para circular numa Europa católica, revigorada por Trento, pelo que se deparou com muitas resistências dos impressores, receosos dos monarcas, o que lhe retardou a divulgação. Tornou-se no entanto conhecida dos católicos ingleses refugiados nos Países Baixos, sendo por esta

⁴² Existem descrições sobre o acontecimento feitas por autores nacionais e estrangeiros. Entre os primeiros, a mais completa encontra-se em Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a História de Portugal, que comprehendem o governo Del Rey D. Sebastião, único em o nome, e decimo sexto entre os Monarchas Portuguezes: do anno de 1561, até o anno de 1567*. Lisboa Occidental, na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1737, parte II, livro II, capítulos XIII e XIV, pp. 508-535. De estrangeiros é conhecida a *Narratione particolare del Capitan Francesco de Marchi da Bologna, del gran feste, e trionfi fatti in Portogallo ed in Fiandra nello sposalitio dell'Illustrissimo, & Excellentissimo Signore il Sign Alessandro Farnese, Principe di Parma, e Piacenza e la Sereniss. Donna Maria di Porogallo. Com licentia de' Superiore*, in Bologna, Apresso Alessandro Benaci, 1566. Existe uma tradução portuguesa feita por Aníbal Fernandes Tomás, publicado em *Cartas Bibliographicas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, pp. 49-63. Sobre o tema efectuou Giuseppe Bertini o estudo “Parma, Lisboa, Bruxelas”, publicado em *Portugal e Flandres – Visões da Europa (1550-1680)*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1992, pp. 75-80.

⁴³ Diogo Barbosa Machado, *ob. cit.*, p. 533.

⁴⁴ *Epistola Hieronymi Osorii ad serenissimam Elisabethan Angliae reginam*, Lisboa, 1562.

⁴⁵ O título completo é o seguinte: *Gualteri Haddoni pro Reformatione anglicana Epistola apologetica ad Hieronimum Osorium*.

via que chegou às mãos de D. Manuel de Almada ao findar o ano de 1565.

O teor doutrinal herético, veiculado em linguagem agressiva, indignou de tal modo o prelado que o impeliu a escrever uma obra que desagrasse a figura do bispo Osório de quem era grande admirador ⁴⁶. Pouco tempo demorou na elaboração, se tivermos em conta que em 29 de Março de 1566 já tinha as licenças do vigário geral de Bruxelas para a impressão e logo a seguir foi dada à estampa em Antuérpia. À brevidade não foi alheia a protecção de D. Maria a quem era dedicada. A *Epistola* ⁴⁷, que no título definia o objectivo de réplica e no conteúdo se assumia como um escrito de combate, foi estruturada dentro dos moldes da mais ortodoxa doutrina reafirmada pelos cânones de Trento. Para refutar Lutero, Melanchton, Zuínglio e Bucero, as fontes inquinadas em que Haddon bebera o pensamento herético, D. Manuel fez assentar toda a argumentação em textos da Escritura, nos Padres da Igreja, nos recentes decretos conciliares e nas opiniões de jurisconsultos, o que confere à obra não só uma solidez doutrinal como um repositório da erudição do autor. E porque destinada a atingir os meios cultos foi em latim que a redigiu, sendo-nos os percursos da circulação e a eficácia da mensagem de que era portadora.

A sua viagem a um país estrangeiro, geograficamente situado em área onde se cruzavam e afrontavam as grandes correntes do pensamento, como se disse, deu ao bispo e inquisidor o ensejo de se envolver no debate religioso que abalara a Europa, embora numa fase em que os antagonismos eram menos apaixonados. Da experiência resultou a única obra que se lhe conhece, mas que é suficientemente elucidativa sobre a sua "*forma mentis*" e o corpo de valores que perfilhava.

Ao regressar a Lisboa, talvez no fim de 1566 ⁴⁸, já se encontrava desvinculado do báculo de Angra. Durante a ausência realizara-se o concílio provincial de Lisboa, em 13 de Março de 1566, promovido pelo cardeal D. Henrique, então arcebispo da cidade, acontecimento eclesial em que D. Manuel deveria estar presente por na altura ainda deter a mitra daquela diocese que era sufragânea da de Lisboa. Também a qualidade de membro do cabido o obrigava à participação. Outro acontecimento, embora de ordem

⁴⁶ Esta importante questão é aprofundada por Léon Bourdon, em "Autour de la Controverse Jérónimo Osório – Walter Haddon", *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Coimbra, 1957, n.º 9-10, pp. 16-42.

⁴⁷ O título completo é o seguinte: *Epistola adversus Epistolam Gualteri Haddoni contra Hieronymi Osorii Lusitani Epistolam nuper editam*, Antuerpiae, Ex officina Gulielmi Silvij, Typographi Regij, 1566.

⁴⁸ Assim calcula Léon Bourdon no artigo citado, p. 28.

familiar, o atingiu nesse lapso de tempo: em 30 de Novembro de 1565 falecera a mãe, D. Isabel de Almada ⁴⁹. Coincidira com o dia em que em Bruxelas se realizava o casamento principesco a que atrás nos reportámos.

Reassumirá as ocupações que deixara, nunca descurando a catedral. Até aí o encontraremos a presidir a um casamento ⁵⁰ e a apadrinhar uma afilhada ⁵¹. Aliás era na freguesia da sé que tinha residência, não na rua dos cónegos mas em artéria que se desconhece, e que pelo prestígio do morador a toponímia da época designa por “rua do bispo D. Manuel de Almada” ⁵².

Entretanto um novo e importante cargo lhe vai ser proporcionado. Em 1569 falecia D. Jaime de Lencastre, filho de D. Jorge, duque de Coimbra, que fora bispo de Ceuta e capelão-mor de D. Catarina ⁵³. Também em 1570 acabava os seus dias D. Julião de Alva, capelão-mor de D. Sebastião e deão da capela da dita senhora ⁵⁴. As vacaturas deram ensejo à rainha para pôr termo à acumulação de cargos nos dois espaços, convidando o prelado para deão da sua capela privada, tornando-a assim independente da capela real. Sediava-se no palácio de Xabregas, para onde decidiu transferir a sua residência habitual, afastando-se de outros paços preferidos do rei, gesto simbólico que tinha como pano de fundo as muitas divergências acerca da orientação governativa.

Em 1572 o nome de D. Manuel de Almada, bispo de Angra e “adaya”, encabeça a lista das sete personalidades que integravam o espaço religioso de D. Catarina, com o ordenado de cinquenta mil reais por ano. Precedia o doutor Francisco do Cano, pregador, e outros castelhanos por quem estavam distribuídos os cargos de esmoler, tesoureiro e capelães ⁵⁵. A função também o colocava à frente do cerimonial religioso e do corpo de cantores que a compunham. Em termos institucionais tornou-se “morador” da Casa da Rainha e membro da sua vasta rede clientelar, estatuto que lhe conferia enorme prestígio, mas também oportunidade para usufruir do relacionamento com personalidades nacionais e estrangeiras do mundo da política, da cultura e das artes que por esta esclarecida corte passavam.

⁴⁹ *Registo da Freguesia da Sé...*, p. 130.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 96.

⁵¹ *Ibidem*, p. 160

⁵² *Registo da Freguesia da Sé...*, p. 108.

⁵³ António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. XI, pp. 19-20.

⁵⁴ *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, “Alva ou Alba, Julião de (D.)”, vol. I, pp. 154-155.

⁵⁵ “Livro de Matricula dos moradores da Casa da Rainha nossa senhora do anno de 1572”; I.A.N./T.T., *Núcleo Antigo*, 174.

Porque poderosa e rica, era a corte mais incentivadora das actividades artísticas do Portugal da época. Recorde-se que ao mecenato de D. Catarina se ficou a dever a reconstrução da capela-mor da igreja do mosteiro de Santa Maria de Belém, desde D. Manuel destinada a panteão régio, em que se conjugou o trabalho arquitectónico de Jerónimo de Ruão com a pintura do retábulo de Lourenço de Salzedo ⁵⁶. Em 13 de Outubro de 1572, perante D. Sebastião e corte, o cardeal D. Henrique, a infanta D. Maria, a mais alta fidalguia do reino e o embaixador espanhol D. Juan de Borja, fazia-se a solene inauguração, durante a qual se procedeu à trasladação dos restos mortais dos soberanos e esposas falecidos para os novos túmulos. Segundo um relato anónimo das cerimónias, foram “el obispo de Viseu con el de Angra, dean de la capilla de la Reyna [que] llevaron la caja de los huesos del Rey Don Juan” ⁵⁷. A rainha escolhera D. Jorge de Ataíde, bispo de Viseu e filho do conde da Castanheira, antigo vedor da fazenda de D. João III, e o mais alto dignitário eclesiástico da sua Casa para transportar à derradeira morada os despojos do rei seu marido.

A consideração pelo prelado-deão deixou-a, volvidos menos de dois anos, no seu próprio testamento. Trata-se de um notável documento testamentário, redigido por Francisco do Cano na qualidade de secretário, datado de oito de Fevereiro de 1574. O nome de D. Manuel de Almada consta entre as sete personalidades que assinam como testemunhas, seleccionadas entre os detentores de cargos simultaneamente funcionais e honoríficos da sua Casa. A derradeira prova de estima reiterou-a num codicilo acrescentado em 13 de Fevereiro de 1577. Nele determina que passe a usufruir de tença anual de cem mil reais, atendendo à “qualidade de sua pessoa e sua idade e aos serviços que ao senhor rey meu neto e a mim tem feito” ⁵⁸. E pede a D. Sebastião que o aceite em sua Casa quando ela terminasse os seus dias, o que aconteceu em 12 de Fevereiro de 1578. O rei cumpriu todas as últimas vontades da avó no tocante às tenças ⁵⁹, sem se saber se o bispo foi chamado para a sua capela.

⁵⁶ Sobre o notável empreendimento escreveu Vítor Serrão “O Programa de D. Catarina para o Retábulo da Capela-Mor de Santa Maria de Belém (1568-1572)”, *Penélope*, n.º 21, Lisboa, 1999.

⁵⁷ Archivo General de Simancas, *Estado*, legajo 390, n.º 133. O acontecimento é também relatado, mas com muito menos pormenores, no *Memorial* de Pero Roiz Soares, leitura e revisão de M. Lopes de Almeida, Coimbra, 1953, pp. 67-68.

⁵⁸ I.A.N./T.T., Gaveta XVI, maço 1, documentos 11 e 12.

⁵⁹ O alvará sobre a obrigação assumida repete-se nas cartas que individualmente passava aos usufruidores das tenças. Não encontramos a respeitante a D. Manuel. Para se

É no contexto da profunda crise em que o reino mergulhou após a morte de D. Sebastião que o reencontramos. A fragilização por que o poder real passava deu-lhe azo a revelar a sua faceta de homem político com plena autenticidade. D. Manuel de Almada tinha pertencido às clientelas de D. Henrique e D. Catarina, que o poderiam ter inclinado a aderir às vantajosas graças e mercês oferecidas por Filipe II, o que não aconteceu. As honras recebidas por ocasião do casamento de D. Maria tornaram-no próximo da Casa de Bragança, que também não apoiou. Escolheu o candidato mais problemático, com um percurso sinuoso e cheio de conflitualidades aqui pontualmente assinaladas.

A sua intervenção no debate torna-se pública a partir da fase em que o poder do rei-cardeal D. Henrique acusava sinais de incapacidade de domínio sobre a pluralidade de tendências em que o reino se fragmentava, bem notórias nas vésperas das cortes convocadas para Almeirim. É na fase preparatória da assembleia, anunciada para se ouvir a decisão do rei na matéria da sucessão, que o encontramos em plena actividade. Tinha a experiência de que as negociações de bastidor destes grandes encontros podiam influir nas decisões oficiais. Perdido o estatuto de bispo residencial, que por inerência garantia o direito de acesso, decidiu candidatar-se pelo terceiro estado como procurador pela cidade de Lisboa. O bispo-chante concorreu na qualidade de letrado, ao abrigo do antigo direito que o cabido da sé tinha de se fazer representar nas reuniões do senado municipal ⁶⁰. É assim que o seu nome consta nas pautas de eleição em duas sessões na câmara, respectivamente em 19 e 29 de Novembro de 1579, embora em ambas apenas tenha colhido um voto ⁶¹. Na via tentada estava implícita uma opção partidária de que se encontra a clarificação noutro meandro desta complexa questão.

Com efeito, D. Manuel de Almada vinha sendo um defensor discreto do direito de D. António. Toma a feição de compromisso após a sentença proferida pelo rei-cardeal D. Henrique sobre a não existência de casamento do infante D. Luís com Violante Gomes, que inabilitava o prior do Crato

verificar o seu teor pode-se referir a que passou em Lisboa a Vicente Trigueiros em 11 de Março de 1578. I.A.N./T.T., Chancelaria de D. Filipe I, *Doações*, livro 2, fls. 20 v-21.

⁶⁰ Sobre o direito que o cabido ou algum seu representante tinha em participar nas reuniões da câmara veja-se Marcelo Caetano, "A antiga organização dos mestres da cidade de Lisboa", estudo introdutório à obra de Franz-Paul Langhans, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos – Subsídios para a sua história*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943, pp. LXX-LXXI.

⁶¹ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1887, pp. 623 e 626.

para pretendente legal à Coroa. Foi publicada em 28 de Agosto de 1579. Quando este apelou para que Gregório XIII anulasse o veredicto sob pretexto de irregularidades e falta de isenção, apresentou uma lista alternativa de possíveis juizes para novo processo, na qual consta o nome do bispo de Angra ⁶². Recordará mais tarde ao pontífice, em carta escrita em Reuil, que o propusera por ser “doutor em direito canónico, de singular virtude e juízo claro” ⁶³.

A invasão do reino pelo exército espanhol sob o comando do duque de Alba, ao interromper as discussões jurídicas precipitou a aclamação de D. António como rei na vila de Santarém, depois em Lisboa e Setúbal. É no contexto destes tumultuosos acontecimentos que encontramos D. Manuel de Almada a recebê-lo à porta da sé da capital, sob pálio ⁶⁴, cumprindo uma solenidade exigida para a primeira entrada de um soberano numa cidade após o acto de aclamação pelos três estados. Estava implícito no gesto o reconhecimento da sua legitimidade. Com a sua presença o bispo-chante substituiu-se à competência do arcebispo da cidade, D. Jorge de Almeida, a que prudentemente se furtara. E ainda que o tivesse feito em nome do cabido o acolhimento oficial competia ao deão, cabeça desse corpo, que na altura era Afonso Furtado de Mendonça.

Aos olhos das autoridades espanholas o público envolvimento no cerimonial integrava-se no conjunto de actos que configuravam o crime de rebelião. Declarara Filipe II em carta assinada em Badajoz em 26 de Junho de 1580, que as pessoas eclesiásticas, mesmo que constituídas em qualquer dignidade, que tivessem participado no alçamento de D. António à condição régia seriam tidas por “desleaes, treedores e reveis a seu Rey e natural senhor”, incorrendo ainda nas “penas estabelecidas per direito e pellas leis e costumes”. Ameaçava também que tudo seria cumprido “com todo o rigor de justiça” ⁶⁵. D. Manuel não ignorava que estava a desafiar o enorme

⁶² Padre José de Castro, *O Prior do Crato*, Lisboa, União Gráfica, 1942, pp. 48-49.

⁶³ “Carta que Dom Antonio primeiro deste nome e XVIII Rey de Portugal, escreveo ao Muito Santo Padre o Papa Gregorio XIII, de Reuil em o anno de 1583”, fl. 6. Biblioteca Pública de Évora / Arquivo Distrital, CIV/1-16, *Cartas de D. António Prior do Crato ao Papa*. Trata-se da tradução do texto latino cujo título é o seguinte: *Exemplar epistolæ, quæ Antonii I. Portugaliæ, & Algarbiorum Regis Nomine ad Sanctissimum Patrem Gregorim XII (sic) dicitur esse missa, lusitano sermone conscripta, opera & in lucera edita, ac Jacobo de Mendonça, Hispano equiti, dedicata*. Sobre esta missiva ver Joaquim Veríssimo Serrão, *O reinado de D. António Prior do Crato*, vol. I (1580-1582), Coimbra, 1956, pp. XLI-XLII.

⁶⁴ *Memorial de Pero Roiz Soares* (cit.), p. 167.

⁶⁵ “Carta d’Elrey dom Philipe publicada nos lugares que se lhe derão em Portugal”; Badajoz, 26 de Junho de 1580. B.N.L., Códice 8.570, *Miscelânea de notícias históricas*, fls. 137-138.

poder de Filipe II e as consequências da sua ousadia. O responsável pela execução destas determinações foi o implacável duque de Alba, que, tal como para outros eclesiásticos rebeldes, tratou D. Manuel com “deshumanidade e crueldade”, provocando-lhe a morte “mais cedo que elle não devia” ⁶⁶. O óbito aconteceu em 12 de Outubro de 1580. Consta no assento que fez testamento, de que ficou testamenteiro e universal herdeiro Álvaro Afonso de Almada, silenciando que se tratava do filho ⁶⁷.

A pena de confisco de bens também prevista para os rebeldes parece não ter sido aplicada, mas o duque de imediato mandou tomar “todos los papeles del dicho D. Manuel” que muito mais lhe interessavam. Ficou a saber que havia troca de correspondência entre ele e D. António, nessa altura em fuga para o Norte do país, bem como com Diogo Botelho, um dos braços direitos do prior do Crato ⁶⁸. As cartas testemunhavam a coerência da posição assumida pelo prelado, mas revelavam também a teia de cumplicidades que se tinha gerado entre os partidários da causa e que foi um dos maiores obstáculos com que as novas autoridades tiveram de lidar sem nunca conseguirem o seu controle total.

D. Manuel de Almada, depois de ter percorrido uma carreira de honras, ao tornar-se um resistente político acabou por cair em desgraça e terminar os dias em condições humilhantes. O prior do Crato tributou-lhe a gratidão incluindo-o no “Rol das pessoas a que tenho obrigação depoes de Rey” ⁶⁹.

Ao concluir-se o estudo sobre as grandes linhas da carreira deste bispo constatamos que se tratou de um caso em que todas as funções, antes e depois de receber a mitra, foram sempre exercidas em estreita ligação com o centro do poder político, acabando por ser vítima das suas vicissitudes. Embora pareça uma personalidade conformista, há dois

⁶⁶ “Carta que Dom Antonio primeiro deste nome y XVIII Rey de Portugal, escreveo ao Muito Santo Padre ...”, citada na nota 63.

⁶⁷ *Registo da Freguesia da Sé...*, vol. I, p. 219.

⁶⁸ “Copia de carta original del duque de Alba al secretario Zayas, fecha en Lisboa á 16 de octubre de 1580”, publ. pelos Señores Marqueses de Pidal y de Miraflores Y D. Miguel Salvá, *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España*, Madrid, 1859, t. XXXIII, pp. 148-149.

⁶⁹ A designação completa do documento é esta: “Rol das pessoas a que tenho obrigação depoes de Rey. Os que me seguirão sempre em Portugal sendo Rey, que não vierão a França”. Na listagem dos eclesiásticos, para além de D. Manuel, encontram-se o bispo da Guarda, D. João de Portugal, D. Afonso Henriques, Simão de Mascarenhas [deão da sé de Évora], Amaro Lopez, chantre de Angra, alguns cónegos da mesma sé “a que não sei os nomes”, Francisco Gonçalves, prior de Gouvea e Antonio de Queiroz. Publ. por António Caetano de Sousa, *Provas...* tomo II, parte II, pp. 163-164.

momentos em que se revela como um homem de combates. Já dobrado o meio do século vimo-lo a intervir numa questão doutrinal de projecção europeia, em nome da pureza da doutrina religiosa; ao findar da vida empenha-se no debate político em defesa da independência do reino, problema interno que transpôs fronteiras. Outra faceta merece um sublinhado conclusivo: a formação intelectual recebida, em época anterior a Trento e os cargos para que foi solicitado terão contribuído para que nele se encontre muito mais o perfil de um prelado cortesão do que o de um pastor preocupado com a condução do rebanho. Aliás por pouco tempo teve efectivamente esta responsabilidade. É uma figura em cujo itinerário e perfil se espelham alguns dos valores dominantes na sociedade portuguesa de Quinhentos de que um dos mais salientes é o da enorme influência da cultura jurídica. Coloca-la-á ao serviço da derradeira causa que perfilhou.

Muitas são as lacunas que ficam por preencher neste traçado biográfico, havendo duas de que era de toda a pertinência conhecer. Como conviveu com as correntes de espiritualidade do tempo? Que bens materiais acumulou e legou ao filho ou a alguma instituição? Só prosseguindo na investigação se poderá obter respostas.